



História: Debates e Tendências

ISSN: 1517-2856

felipeabal@upf.br

Universidade de Passo Fundo

Brasil

Maestri, Mário; Esselin, Paulo Marcos

A 150 anos do Grande Conflito do Prata: diversas questões, diversos olhares  
História: Debates e Tendências, vol. 15, núm. 2, julho-diciembre, 2015, pp. 293-296

Universidade de Passo Fundo

Passo Fundo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552456384001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Editorial

## A 150 anos do Grande Conflito do Prata: diversas questões, diversos olhares

Em 30 de agosto de 1864, o governo paraguaio declarou solenemente que a intervenção militar do Império do Brasil na República do Uruguai constituiria razão de guerra, ao agredir o “equilíbrio dos estados do Prata” e seus interesses nacionais. Em 12 de outubro, um destacamento do exército imperial penetrava na República Oriental del Uruguay e assaltava a vila de Mello, sede administrativa do departamento de Cerro Largo. Em 20 de outubro, com o acordo secreto de Santa Lucia, promovido pelo almirante Tamandaré, Venâncio Flores aceita as exigências do Império do Brasil, que, em poucos meses, liquidou o governo constitucional *blanco* uruguaio, entronizando o ditador *colorado*.

O governo paraguaio encontrava-se já com os pratos praticamente rotos com os unitários portenhos que dominavam o país desde a batalha de Pavón, em 17 de setembro de 1861. O controle imperial do porto de Montevideu punha sob *sursis* o comércio internacional da República do Paraguai, com graves pendências fronteiriças com o Império do Brasil. A interrupção do comércio internacional assentaria golpe, talvez mortal, à ordem lopizta, apoiada na extroversão mercantil do país, no contexto de sua independência e autonomia.

Em 12 de novembro de 1864, o governo paraguaio deteve o paquete imperial Marquês de Olinda, em viagem pelo rio Paraguai, para Corumbá, levando a bordo o novo presidente da província do Mato Grosso, coronel Frederico Carneiro de Campos, declarando a guerra ao Império na mesma ocasião. Em 14 de dezembro, partiam expedições militares paraguaias para assaltar o forte de Coimbra, no sul da província do Mato Grosso, e ocupar os territórios em litígio entre os dois países. Em 13-14 de abril de 1865, tropas daquela nação atacaram e ocuparam a vila de Corrientes. Em 10-12 de junho de 1865, uma importante coluna militar paraguaia penetrava no Rio Grande do Sul pela vila de São Borja.

Com a ofensiva paraguaia, foi assinado, a toque de caixa, em 1º de maio de 1865, o denominado Tratado da Tríplice Aliança, em Buenos Aires. Já alinhavado meses antes, em junho de 1864, em Puntas del Rosário, no Uruguai, o diploma definia as condições gerais da aliança entre a República Argentina e o Império do Brasil para imporem hegemonia compartilhada no

<http://dx.doi.org/10.5335/hdtv.15n.2.5643>

Prata, submetendo a República do Uruguai e reduzindo o Paraguai a Estado semitributário. Nas condições da entrega do governo oriental a Venancio Flores estava o compromisso de participação subalternizada do Uruguai na aliança contra o Paraguai.

O tratado regia a direção máxima da guerra, no geral sob o comando argentino; a destituição e a reformulação do governo do Paraguai; as novas fronteiras do Império e da Argentina com aquele país; o pagamento de pesada dívida de guerra; nenhuma discussão de paz até a rendição incondicional, etc. Devido ao seu caráter despótico e ao desrespeito a hábitos e costumes internacionais, o tratado seria mantido no desconhecimento dos próprios parlamentos argentino e imperial. No Uruguai, reinava a ditadura florista.

A atabalhoada expedição ofensiva do exército paraguaio resultou em um enorme e rápido fracasso. A derrota da improvisada frota paraguaia, em 11 de junho de 1865, a destruição da coluna paraguaia na batalha de Yatay, em Pasos de los Libres, em 17 de agosto de 1865 e a rendição do exército paraguaio cercado em Uruguaiana, sem luta, em 18 de setembro de 1865, determinaram o retorno ao país dos exércitos expedicionários vergastados pelas derrotas, pela rendição e pelo enorme número de mortos por doença. A situação era tal que se cria na derrota paraguaia em poucos meses, como propusera Bartolomé Mitre no início do conflito.

Em 17 de abril de 1866, poderosas tropas aliancistas iniciaram a transposição do rio Paraná, cinco meses após o retorno do exército paraguaio derrotado ao país. A campanha defensiva diferiria profundamente da aventura ofensiva, que não teria contado com adesão decidida da população. Então, a guerra assumiu o caráter de desesperada defesa popular do território nacional, empreendida principalmente pelas amplas comunidades camponesas do país. As tropas aliancistas, sobretudo os exércitos do Império do Brasil, com quase dez milhões de habitantes, em 1872, penariam ainda por mais de quatro anos para vergar um país com talvez não mais de 450 mil habitantes.

Os últimos combates deram-se em Pirebebey, em 12 de agosto, e em Campo Grande [Acosta Ñu], em 16 de agosto de 1869, contra um exército paraguaio fantasmagórico, com armamentos em frangalhos, formado por velhos, adolescentes, crianças e alguns poucos veteranos, em geral feridos e doentes. Em 1º de março de 1870, a guerra findou, em Cerro-Corá, com a morte de Francisco Solano López, a quem jamais o governo imperial concedeu espaço para rendição honrosa. Ao silêncio das armas, seguiram-se os longos anos de ocupação militar argentina e imperial, as décadas de suserania estrangeira sobre um país arrasado, humilhado e vergado por dívida de guerra impagável. Derrotadas e dizimadas, as classes camponesas foram separadas para sempre das terras que exploravam, destruindo-se a grande singularidade da formação social paraguaia.

A historiografia brasileira dedicou relativamente pouca atenção ao grande conflito de 1864-1870, por décadas um quase monopólio dos militares-historiadores do Exército. Superado o hiato e o impacto causados pela reportagem historiográfica de J. J. Chiavenato, *Genocídio Americano: a guerra do Paraguai*, em 1979, houve um forte retorno tendencial e refinamento epistemológico das teses e temas centrais da historiografia nacional-patriótica sobre a guerra.

Realidade que se mantém ainda parcialmente, apesar de novo interesse sobre o conflito por parte da historiografia acadêmica brasileira, que tem produzido importantes trabalhos, sobretudo em um viés monográfico.

\*\*\*

No Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), que dedica ampla atenção à historiografia das nações da bacia do Prata, foram e estão sendo desenvolvidos diversos trabalhos sobre múltiplos aspectos daquele domínio, sob a responsabilidade de variados orientadores. Muitos desses trabalhos foram e estão sendo publicados.

Ao cumprirem-se os 150 anos do que é visto como o início do grande conflito, a Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UPF retornou a tema já abordado no dossiê dedicado à “Bacia do Prata - o Paraguai” (v. 11, n. 2, jul./dez. 2011), que apresentou trabalhos dos historiadores Alberto Moby Ribeiro da Silva, Bernardo Coronel, Diego Buffa, León Pomer, Maria José Becerra, Mário Maestri, Paulo César Possamai, Sergio Guerra Vilaboy, e duas entrevistas, de Maria Victoria Baratta e Silvânia de Queiróz.

O presente dossiê, dedicado aos 150 anos do Grande Conflito da Bacia do Prata, retoma a análise de múltiplos aspectos históricos daquele sucesso, a partir de diversas visões. O dossiê divide-se em dois núcleos temáticos. No primeiro – A guerra: O Paraguai e a Argentina –, em *O inimigo na trincheira*: a imagem dos aliados nas páginas dos jornais brasileiros e argentinos na guerra contra o Paraguai, o historiador e jornalista Mauro César Silveira refere-se ao conflito, nem sempre surdo, entre os tradicionais inimigos, então aliados, contra o Paraguai, nos jornais daqueles países. Em *Tierra, nación y construcción del Estado en el Paraguay del siglo XIX*, o historiador argentino Ignacio Telesca aborda múltiplos aspectos da sociedade paraguaia antes do conflito – identidade nacional, relacionamento com a terra, construção do Estado, etc. Em *Situación económica y militar de Argentina entre 1852 y el Inicio de la Guerra del Paraguay*, o historiador argentino cel. Sérgio Sanchez, partindo dos anos após a queda de Juan Manuel de Rosas, aborda a difícil situação financeira da República Argentina, antes do início da guerra. Finalmente, no texto *Estanislao Zeballos*: a história jamais escrita da Guerra da Tríplice Aliança, Mário Maestri discute a documentação produzida sobre o conflito, em 1887-1888, por aquele político argentino e perscruta, entre outras questões, as eventuais razões de jamais ter ele produzido a prometida história geral sobre o conflito.

No segundo núcleo temático – A guerra: O Mato Grosso do Sul e o Brasil –, em *A participação dos indígenas da banda meridional da Capitania de Mato Grosso na Guerra do Paraguai*, Paulo Marcos Esselin e Vera Lúcia Ferreira Vargas abordam tema pouco discutido pela historiografia especializada – a participação dos nativos do sul do Mato Grosso quando da invasão paraguaia daquela região. Em *150 anos da Guerra de Paraguai*: projetos, celebrações e apropriações da retirada da Laguna, Ana Paula Squinelo e Jérri Roberto Marin abordam o uso dos sucessos do conflito, com destaque para a retirada da Laguna, pelo Estado, na construção da

identidade sul-mato-grossense. Em *A vila de Corumbá e a Grande Guerra*: algumas reflexões, Elaine Cancian discute sucessos sofridos por aquela aglomeração e sua população, quando do ataque e da ocupação paraguaios. Finalmente, em “*Discursos, poesias, flores, bonita recepção [...] e as pensões nada!*”. Os acontecimentos no retorno dos voluntários da pátria, com o palco na cidade do Rio de Janeiro, Ana Beatriz R. de Souza desvela aspectos das vicissitudes do retorno dos voluntários da pátria ao Brasil após o conflito, e da muito parcial satisfação das promessas realizadas pelo Estado imperial.

Na seção Artigos Livres, apresentamos o trabalho *Fronteiras fluídas*: Rio Grande do Sul e a Banda Oriental no processo de fixação de limites, de Ana Luiza Setti Reckziegel, que aborda o processo de fixação dos limites entre a região do Rio Grande do Sul e a Banda Oriental durante os séculos XVI e XIX, explorando a dificuldade no seu cumprimento visto que ali se configurou uma região cuja história de interação desfazia o que a lógica estatal estabelecia. E também o artigo de Gerson Trombetta, *Entre a lágrima e a transgressão*: a ambiguidade do kitsch no projeto moderno da arte e da arquitetura, que analisa o fenômeno kitsch enquanto estética de “ver e possuir” e também enquanto agregador de memórias. Por fim, Silvânia de Queiroz resenha um recente livro relacionado ao conflito, apresentado inicialmente como dissertação de mestrado no PPGH-UPF.

Mário Maestri

Programa de Pós-Graduação em História da UPF

Paulo Marcos Esselin

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul